

## **OS FORMATOS FAMILIARES CONTEMPORÂNEOS: transformações demográficas**

**Simone Barbosa Villa**

Professor Adjunto da Faculdade de Arquitetura Urbanismo e Design (FAUeD)  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil.  
simonevilla@yahoo.com.br

### **Resumo**

Compreender as significativas mudanças pelas quais têm passado os arranjos familiares da população brasileira, ganha nova dimensão nesse início do século XXI onde a velocidade das mudanças é grande. Tais mudanças, que estão diretamente associadas a transformações de natureza demográfica, social e cultural, deveriam estar na pauta de inúmeras decisões de ordem arquitetônica e urbanística de nossas cidades. O presente artigo pretende demonstrar e analisar as alterações demográficas ocorridas nos últimos anos na sociedade brasileira na qual puderam, entre outros fatores, determinar a configuração de novos formatos familiares. Para tal, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre questões demográficas buscando compreender as transformações no país de forma histórica, notadamente na última década. A análise feita a partir da pesquisa bibliográfica buscou categorizar os diferentes formatos familiares e suas principais características. Isso se justifica na medida em que raras são as pesquisas demográficas, textos e afins, que reúnem de forma única os variados formatos familiares da sociedade brasileira atual, identificando suas principais características. Por fim objetiva-se a busca por insumos demográficos e sociais com importante contribuição para a elaboração de propostas voltadas a um desenvolvimento urbano mais equilibrado.

**Palavras-chave:** Formatos familiares. Transformações da sociedade. Contemporaneidade.

### **CONTEMPORARY FAMILIAR ARRANGEMENT: demographical changes**

#### **Abstract**

Comprehend the deep changes that Brazilian families arrangement are passing in this beginning of 21th century, take new dimensions when changes grows fast. Such changes, that is directly associated to the new demographical patterns emerged in last years in Brazilian society and seems related to new configurations on the diverse familiar arrangements. For that, was realized bibliographical research over demographical issues aiming to comprehend the historical changing in Brazil especially at last decade. The analysis taken from bibliographical research seeks to categorize the different familiar arrangement and its main characteristics. This research aims to fill the gap on demographical research especially one related to diverse familiar arrangements at contemporary brazilian society. Also aims to be an important contribute for the proposals to a more balanced urban development.

**Keywords:** Familiar arrangement. Social transformations. Contemporaneity.

#### **Introdução**

Para compreender a dinâmica urbana no Brasil contemporâneo é essencial observar as significativas mudanças pelas quais têm passado os arranjos familiares da população

brasileira, associadas a transformações de natureza demográfica, social e cultural. Entre as transformações de ordem demográfica, destacam-se a diminuição da fecundidade e o envelhecimento da população. No que se refere às transformações sociais e culturais, destacam-se o menor número de matrimônios, aumento das separações e atraso das uniões, conjuntamente com o novo papel da mulher na família e no trabalho, as quais tiveram importantes implicações nas relações de gênero (VILLA, 2008).

Tais mudanças, que podem ser observadas nas últimas cinco décadas em quase todo o mundo e no Brasil, continuam em curso. São revoluções que afetam, profundamente, as estruturas familiares e, conseqüentemente, a social: (i) revolução contraceptiva na qual ocorre dissociação da sexualidade da reprodução; (ii) revolução sexual, principalmente, para as mulheres que passam a distinguir a sexualidade do casamento e; (iii) revolução no papel social da mulher e nas relações de gênero tradicionais, onde a figura do “homem provedor” duela com o consolidado papel da “mulher cuidadora” (LESTHAGUE, 1995).

Essas revoluções sociais puderam, ao longo dos anos, influenciar diretamente na consolidação de novos formatos de grupos domésticos que passaram a ter uma participação mais expressiva no total de grupos dividindo espaço nas estatísticas com família nuclear. Famílias monoparentais, casais DINC (Duplo Ingresso e Nenhum Filho), uniões livres – incluindo casais homossexuais -, grupos coabitando sem laços conjugais ou de parentesco entre seus membros e a família nuclear renovada. Ainda dominante nas estatísticas, esta família renovada começava, no entanto, a passar por transformações que levaram a uma maior autonomia de seus membros, e ao declínio da autoridade dos pais. “O modelo patriarcal de família, caracterizado pelo arranjo composto por pai, mãe e filhos que convivem sob a égide da autoridade do primeiro sobre os demais, está em crise” (PERUCCHI e BEIRÃO, 2007 p. 66). Tal crise vem de longa data, devido a uma realidade construída historicamente pelas lutas de emancipação feminina e de conscientização das mulheres em um contexto de transformações no mercado de trabalho, na ciência tecnológica e na economia globalizada (CASTELLS, 1999).

O presente artigo pretende demonstrar e analisar as alterações demográficas ocorridas nos últimos anos na sociedade brasileira na qual puderam, entre outros fatores, determinar a configuração de novos formatos familiares. Para tal, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre questões demográficas buscando compreender as transformações no país de forma histórica, notadamente na última década. A análise feita a partir da pesquisa bibliográfica buscou categorizar os diferentes formatos familiares e suas principais características.

### A queda da fecundidade

Vários fatores podem estar associados a tais alterações nas estruturas familiares da sociedade brasileira nos últimos cinquenta anos. Entretanto dois fatores são considerados pelos estudiosos da área como os principais: a redução das taxas de fecundidade e mortalidade e a inserção da mulher no mercado de trabalho. Conforme apontou a demógrafa Neide Patarra, um primeiro indicador das mudanças em curso são as flutuações da taxa de fecundidade. Na década de 1970, considerando-se o conjunto da população brasileira, esta taxa foi alta, de 5,8 filhos por mulher, caindo para 4,3 no período entre 1975 e 1980, com uma diminuição de 25,9% (PATARRA, 1988). Os dados para a década de 1990 apontam um declínio ainda mais marcante, atingindo o valor de 3,5 filhos por mulher, o que significa uma queda de quase 40% em apenas 20 anos. Entretanto foi nos últimos dez anos que o fenômeno de queda da fecundidade no Brasil chegou aos índices inferiores ao da reposição<sup>1</sup> (Tabela 1). A Contagem de População de Meio de Década, feita em 1995 pelo IBGE, também constatou este declínio, a fecundidade foi de apenas 2,05 filhos por mulher nas áreas urbanas paulistas, comprovando as diferenças regionais no Brasil – ligeiramente acima do Rio de Janeiro, onde a taxa foi de apenas 1,9. (TASCHNER, 1997).

Apesar da taxa de fecundidade cair em todas as Unidades da Federação, Berquó e Cavenaghi (2006) mostram que tal redução não foi uniforme nos vários segmentos sociodemográficos da população. Diferenciais importantes foram apontados, revelando queda mais acentuada entre as mulheres mais pobres, menos escolarizadas, negras, domiciliadas nas áreas rurais, e nas regiões Norte e Nordeste (BERQUÓ e CAVENACHI, 2006). Os Estados da região Norte tinham fecundidade acima de 8 filhos por mulher em 1970, caindo para cerca de 3 filhos em 2000 e 2,2 segundo PNAD de 2009. Os Estados da região Nordeste tinham fecundidade de 7,5 filhos por mulher em 1970, passando para 2,7 filhos em 2000 e 2,0 segundo PNAD de 2009. As demais regiões tinham fecundidade mais baixa em 1970 e chegaram a uma taxa próxima ao nível de reposição populacional (2,1 filhos por mulher) na virada do milênio (ALVES, 2011; PNAD, 2009).

Tabela1 – Taxa de Fecundidade Total por ano – TFT (filhos por mulher) Brasil – 2001-2010

2001	2,33
2002	2,26
2003	2,14
2004	2,13
2005	2,06
2006	1,99
2007	1,95
2008	1,89
2009	1,94
2010	1,86

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Recenseamentos 2001 a 2010.

Em 2009, nas regiões Sudeste e Sul, a fecundidade continuou caindo em todo o País alcançando 1,7 filhos por mulher, abaixo do nível de reposição (PNAD, 2009). Políticas públicas de saúde, previdência, crédito e telecomunicações tiveram papel importante na queda da fecundidade no Brasil. As mudanças estruturais e institucionais do país possibilitaram a reversão do fluxo intergeracional de riqueza, aumentando o custo e reduzindo os benefícios dos filhos (ALVES, 1994). As taxas de fecundidade são mais baixas para os segmentos da população urbana, de maior renda, de maior escolaridade, ou seja, de maior inclusão social no Brasil (ARRAIAGADA, 2006).

Observando tais índices nota-se que o tamanho das famílias é menor nos segmentos populacionais que possuem informações e acesso aos serviços de saúde (públicos ou privados) e, em particular, aos serviços de saúde reprodutiva. Para as mulheres de maior renda e maior nível educacional a taxa de fecundidade está em torno de 1 filho por mulher. Já as parcelas da população com menores níveis de renda e escolaridade possuem taxas de fecundidade mais elevadas, mas também em queda. O segmento social composto pelos 20% mais pobres da população tinha fecundidade de 5 filhos por mulher em 1992 e passou para 3,4 filhos por mulher em 2009 (ALVES, 2011).

### **A redução no tamanho da família**

A queda da fecundidade, da mortalidade e o aumento da esperança de vida têm sido as causas diretas da diminuição do tamanho do grupo familiar em todo o mundo ocidentalizado, incluindo o Brasil. Nos últimos cinquenta anos, vem caindo no país o número médio de pessoas por unidade domiciliar (BERQUÓ, 1998). A família brasileira que se compunha por, em média, cinco pessoas em 1960, foi se reduzindo até atingir 4,34 pessoas em 1981, 4,2 pessoas em 1987, e 3,87 pessoas em 1990. Permaneceu, contudo, maior do que a família paulista média, que, em 1981, compunha-se já de apenas 3,98 pessoas, em, 1990, de 3,64 pessoas<sup>2</sup> e em 2008 alcança 3,2 pessoas por família (SEP. Convênio SEADE – DIEESE, 2008). Segundo os indicadores sociais do IBGE de 2010, observou-se a permanência da tendência da redução do tamanho das famílias brasileiras com algumas diferenças no âmbito nacional. Essa redução aconteceu com um aumento intenso do número de famílias, que mais do que duplicou no período de 1980 a 2006, passando de 27,4 milhões para 58,2 milhões (LEONE, MAIA e BALTAR, 2010).

Entretanto diferenças podem ser observadas no número médio de pessoas por unidades domiciliares, tanto em relação às regiões brasileiras, como nas classes de rendimentos mensal

familiar. As regiões Norte e Nordeste apresentam índices maiores, respectivamente 3,4 e 3,2 pessoas por famílias do que as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste que apresentam índices menores: 2,9 e 3,0. Apesar de entre 1999 a 2009, o número médio de pessoas na família em geral no Brasil ter caído de 3,4 para 3,1, oscilações nos números também podem ser observadas em relação a renda mensal familiar. Entre as famílias mais pobres, na qual a renda per capita de até 1/4 salário mínimo, o número médio de pessoas por família chega a 4,2. (Tabela 2).

Tabela 2 – Número médio de pessoas nos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classe de rendimento mensal e familiar, segundo grandes regiões – Brasil 2009

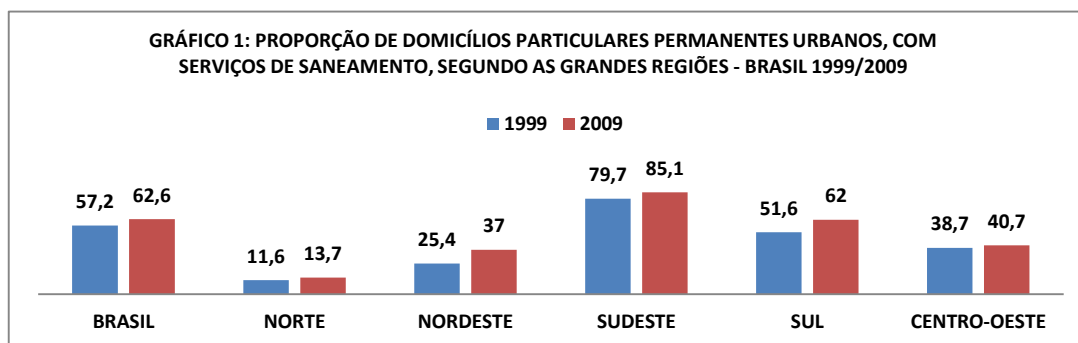
Grandes Regiões	TOTAL	Classe de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo)						
		Até 1/4	Mais de 1/4 até 1/2	Mais de 1/2 até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5
Norte	3,4	4,7	3,9	3,2	2,9	2,8	2,6	2,4
Nordeste	3,2	4,2	3,6	2,9	2,7	2,6	2,6	2,4
Sudeste	3,0	4,2	3,7	3,2	2,8	2,6	2,5	2,2
Sul	2,9	4,3	3,7	3,1	2,8	2,6	2,5	2,3
Centro-Oeste	3,0	4,0	3,7	3,1	2,8	2,7	2,7	2,4
<b>BRASIL</b>	<b>3,1</b>	<b>4,2</b>	<b>3,7</b>	<b>3,1</b>	<b>2,8</b>	<b>2,6</b>	<b>2,5</b>	<b>2,3</b>

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios 2009. Elaboração dos autores.

A diminuição no tamanho das famílias não foi consequência exclusiva da queda da fecundidade, onde se tem menos filhos com maior espaçamento entre eles. “O envelhecimento da população contribuiu para modificar a composição das diversas etapas do ciclo de vida familiar (nascimento, consolidação e saída do lar) e alterar a composição e o tamanho das famílias devido à subdivisão de configurações familiares anteriores” (LEONE, MAIA e BALTAR, 2010).

Outra razão para o surgimento de novos grupos domésticos na contemporaneidade foi a diminuição do número de casamentos e o crescimento acentuado do número de separações e divórcios. Tais processos acabam por elevar o número de unidades domiciliares em meio urbano, já que, em sua grande maioria, levam os ex-cônjuges a demandar outro espaço doméstico, constituindo, ao mesmo tempo, um novo formato familiar. Segundo Berquó, de 17,6 milhões de unidades domiciliares em 1970, passou-se a 26,3 milhões, dez anos mais tarde, um aumento anual de 4,1%. Dados de 1995 registram 42 milhões de unidades, o que representa uma alta anual de 2,8% em relação a 1991 (BERQUÓ, 1998). Em 2009, o número total de domicílios foi de 58,6 milhões, sendo que 85% destes (49,8 milhões) localizavam-se em áreas urbanas (IBGE, 2010). Entretanto, apenas 62,6% dos domicílios urbanos brasileiros

encontraram-se em condições básicas de moradia digna, providas de abastecimento de água e esgotamento sanitário por rede geral e lixo coletado diretamente (Gráfico 1). Tais dados indicam que ainda há muito a se fazer em relação a qualidade dos domicílios e sua relação direta com a qualidade de vida de seus moradores.



Fonte: IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 1999/2009.

Os padrões de nupcialidade dos brasileiros, nas últimas décadas, alteraram em alguns aspectos, mantendo-se estáveis em outros: o número de separações e divórcios aumentou; a média das idades ao casar permaneceu inalterada, e as uniões não legalizadas cresceram na preferência das pessoas. (BERQUÓ, 1998). Causas diretas do aumento do número de formatos familiares, os dados acima, apesar de resumidos, já mostram com clareza que “organizações consideradas até pouco tempo ‘incomuns’ envolvem hoje milhões de brasileiros. São 6,2 milhões de pessoas vivendo sós; 23,4 milhões de mães criando seus filhos sozinhas; 15,8 milhões de casais que não têm filhos, separados ou viúvos com filhos são 2,6 milhões e 31,5 milhões de pessoas pertencentes a famílias estendidas, ou compostas (Tabela 3).

Tabela 3 – Distribuição e Tamanho das Famílias segundo arranjos familiares - Brasil 1981 e 2006

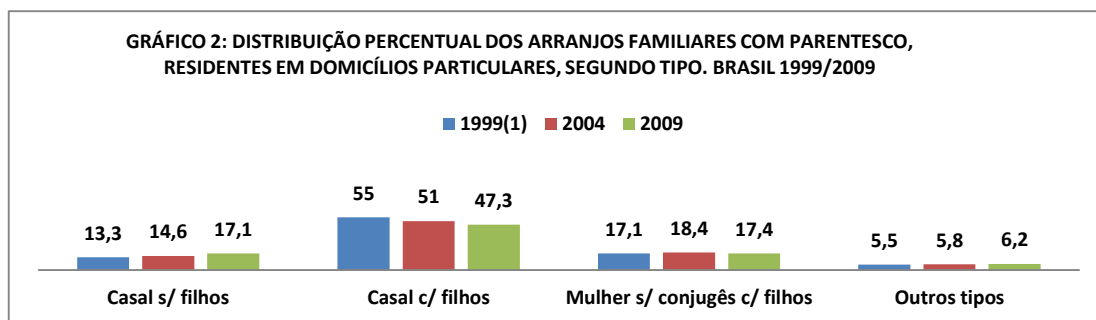
ARRANJO FAMILIAR	1981		2006	
	% FAMÍLIAS	TAM. MÉD.	% FAMÍLIAS	TAM. MÉD.
Unipessoal Masculino	2,9	1,0	5,4	1,0
Unipessoal Feminino	3,0	1,0	5,3	1,0
Casal s/ filhos	10,2	2,0	13,6	2,0
Casal c/ filhos	56,7	5,0	44,7	4,0
Mãe c/ filhos	9,4	3,4	15,0	2,7
Pai c/ filhos	1,5	3,4	1,8	2,6
Estendida/ composta	16,3	4,8	14,2	3,8
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>4,3</b>	<b>100</b>	<b>3,1</b>

Fonte: IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios PNAD, Microdados – 1981 e 2006. Elaboração dos autores.

### O novo papel social da mulher

A diminuição nas taxas de fecundidade se deve, essencialmente, à possibilidade de se evitar gravidezes não desejadas, a partir do surgimento de métodos contraceptivos eficazes, como a pílula anticoncepcional, disseminada em todo o mundo - inclusive no Brasil - a partir de 1965 (BONVALET, 1988). Um lugar no mercado de trabalho, a liberdade de ter relações sexuais dissociadas da obrigatoriedade católica de procriação, o direito de escolher quando ter – ou não ter – filhos, o direito de separar-se do parceiro – ou parceira foram e continuam sendo reivindicações femininas respaldadas pela difusão de métodos contraceptivos mais acessíveis e eficazes. A partir desta perspectiva as mulheres brasileiras iniciaram um longo e rápido processo de reestruturação social. Inseriram-se no mercado de trabalho e mudaram seu papel na família. Em consequência consolidou-se nos últimos anos um aumento da presença de famílias chefiadas por mulheres, seja pela troca de papéis com o homem – que assume essa chefia tradicionalmente em uma família formada de uma união, seja na atitude feminina de construir uma família sem a presença masculina do parceiro.

O acesso da mulher ao mercado de trabalho é um elemento central na compreensão das alterações familiares, já que afeta (i) seu tamanho - pela decorrente alteração do comportamento da fecundidade -, (ii) sua hierarquia social interna – pela desintegração do papel provedor, reservado ao elemento masculino adulto, e feminização de parte das fontes da renda familiar, e (iii) pela aceleração da dinâmica de formação e desintegração de laços familiares – pela maior autonomia feminina promovida pelos frutos de sua ocupação. (GARCIA, RODARTE, COSTA, 2004).

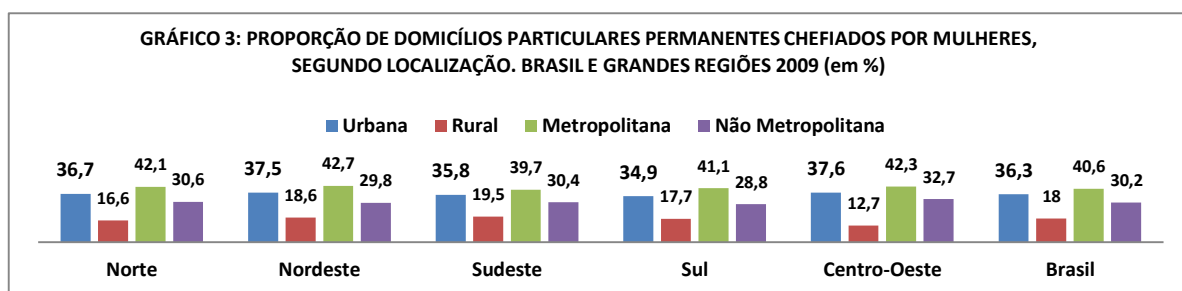


Fonte: IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios PNAD 1999/2009. (1) Inclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Segundo a distribuição percentual dos arranjos familiares no Brasil, o número de mulheres sem cônjuges com filhos subiu de 12,3% para 15,4% de 1992 para 2009 (Gráfico 5). Este número chegou a 18,4% segundo o PNAD 2002 que indica os arranjos familiares com

parentesco, residentes em domicílios particulares no Brasil (Gráfico 2). Outro dado significativo sobre o novo papel da mulher na família foi que nos últimos dez anos aumentou significativamente sua participação na chefia nos arranjos familiares tradicionais (casal com filhos) e nas famílias que optaram não ter filhos (casal sem filhos). A proporção de domicílios particulares permanentes chefiados por mulheres no Brasil em áreas urbanas passou de 08% em 1992, para 35,8%, em 2009 (DIEESE, 2011). Com pequenas variações regionais, os índices mais altos aparecem nas áreas metropolitanas das regiões nordeste e centro-oeste com respectivamente 42,7% e 42,4% (Gráfico 3).

Este aumento da proporção de domicílios chefiados por mulheres está diretamente ligado aumento da participação feminina no mercado de trabalho, o que acabou provocando mudanças nas características dos domicílios brasileiros, alterando, principalmente, as relações tradicionais de gênero: mulher cuidadora e homem provedor (IPEA, 2010). O número de lares chefiados por mulheres vem crescendo vertiginosamente no Brasil, caracterizando arranjos familiares que, contrariam os preceitos do patriarcado, contestam modelos tradicionais e revelam paisagens até então desconhecidas ou pouco evidenciadas (PERUCCHI e BEIRÃO, 2007).



Fonte: IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) – 2009. Elaboração DIEESE, 2011.

Estas transformações na composição familiar recente também ocorrem, entre outros fatores de ordem econômica e social, pela alteração gradual da composição de renda das famílias, com o aumento da participação da renda feminina, dos jovens e dos demais membros. A contribuição feminina, dada pela figura da mãe, da filha ou da avó, na renda das famílias brasileiras passou de 30,1% em 1992 para 40,9% no ano de 2009. Mais expressivo ainda foi o aumento da proporção de mulheres cônjuges que contribuem para a renda das suas famílias, que passou de 39,1% para 65,8% no mesmo período (IPEA, 2010). Segundo Leone, as principais manifestações dessa consolidação se revelam no contínuo aumento das taxas de atividade feminina, principalmente entre as adultas, na elevação da proporção de famílias com mulheres em atividade econômica e no caráter cada vez mais permanente e regular da



contribuição do rendimento da mulher na renda total familiar (LEONE et al. 2007). Nesse sentido, observa-se que as possibilidades desta contribuição feminina para a renda familiar são diferentes, já que “(...) depende, de um lado, da estruturação da vida das famílias e das obrigações e responsabilidades nos afazeres domésticos de seus diversos membros, bem como da existência de serviços públicos que permitam liberar a mulher dos afazeres domésticos e do cuidado dos membros da família. De outro lado, depende também da conformação do mercado de trabalho que define as oportunidades dos indivíduos em função de suas características (...)” (LEONE, MAIA e BALTAR, 2010, p. 61).

A família está mudando e a mulher é uma das grandes responsáveis por isso, já que hoje assume novos papéis sociais (provedora) somados aos tradicionais (cuidadora). Apesar desse fenômeno ser constatado, salvo pequenas diferenças sociais e regionais, na grande maioria das cidades brasileiras, ainda a proporção de mulheres ocupadas que se dedica a afazeres domésticos em 2008 foi de 89,9% em comparação aos 49,6% dos homens. Esta discrepância também pode ser percebida no tempo gasto com os afazeres domésticos. As mulheres ocupadas gastavam, em média, 21,8 horas semanais e os homens, 9,5 com esses afazeres (IPEA, 2010).

### **O envelhecimento da população**

O aumento da esperança de vida ao nascer em combinação com a queda do nível geral de fecundidade resulta no aumento absoluto e relativo da população idosa<sup>3</sup>. O envelhecimento populacional é, hoje, um fenômeno mundial. Taxas elevadas de crescimento – em função de altos índices de fecundidade no passado -, e a redução da mortalidade nas idades avançadas se traduzem no aumento no número de idosos no Brasil. Aumento este acompanhado pelo envelhecimento de certos segmentos populacionais, como a População Economicamente Ativa (PEA) e das famílias na qual há pelos menos um membro acima de 60 anos de idade. O envelhecimento significa uma alteração na proporção do contingente dos diversos grupos etários no total da população. Em 1940, a população idosa representava 4,1% da população total brasileira, mas passou a representar 11,4% em 2009. A população idosa também está envelhecendo, já que aumentou neste período o número de pessoas com 80 anos ou mais, passando de 0,9% para 1,6% entre 1992 e 2009 (IPEA, 2010). Apesar de ser baixo este percentual, nos encaminha a uma classificação heterogênea do segmento idoso.

A vida média ao nascer, 1999 para 2009 obteve um incremento de 3,1 anos com as mulheres em situação bem mais favorável que a dos homens (73,9 para 77 anos – mulheres e

66,3 para 69,4 – homens). Diferenças também podem ser percebidas nas grandes regiões no Brasil em relação à esperança de vida da população. Os maiores índices são avaliados nas regiões Sul e Sudeste: ambas com 78,7 anos para as mulheres, enquanto que o menor índice foi registrado na região nordeste com 66,9 anos para os homens (DIEESE, 2011). “O processo de envelhecimento da população é muito mais amplo do que uma modificação de pesos de uma determinada população, dado que altera a vida dos indivíduos, as estruturas familiares, a sociedade. Altera, também, a demanda por políticas públicas e a pressão pela distribuição de recursos na sociedade. Por isso, suas conseqüências têm sido em geral, vistas com preocupação, por impor desafios ao Estado, ao mercado e às famílias” (IPEA, 2010, p. 19).

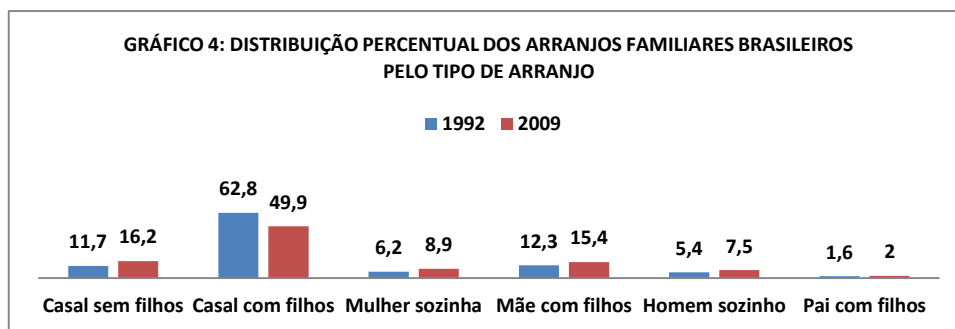
Se este processo de envelhecimento da população por um lado causa preocupação, por outro, gera possibilidades de novas leituras e demandas. Com o aumento da longevidade, o desenvolvimento de tecnologia e da ciência e a conseqüente melhoria da qualidade de vida da população, esta população idosa tem ampliado cada vez mais sua vida econômica e social. O trabalho para o idoso se tornou importante não somente para a complementação da renda, muitas vezes oriunda da seguridade social pública ou privada, mas também como um indicador de autonomia e de integração social.

Esta melhoria tanto na situação da renda, como na saúde dos idosos acarretou mudanças na sua posição familiar, principalmente na sua condição de dependência em relação aos filhos. Em 2009 representavam 13,8 milhões de chefes de família, da qual 57,3% eram homens. No mesmo período aproximadamente 6,2 milhões de famílias eram chefiadas por idosos na qual: havia filhos adultos<sup>4</sup> residindo; em 2,3 milhões de famílias havia netos<sup>5</sup> e os idosos contribuíam com 54,8% da renda familiar. Por outro lado, 1,9 milhão de idosos moravam na casa de filhos, genros ou outros parentes, na qual predominavam as mulheres (76%) e contribuíam com cerca de 23,1% na renda familiar. Cada vez mais aposentadas estão chefiando famílias na condição de provedoras de filhos e netos e das despesas domésticas. De 1980 a 2000, a proporção de mulheres idosas sem rendimento declinou de 63,6% para 20,2%; e as que recebem benefícios oficiais aumentou de 6,7% para 74,5% (CAMARANO, 2004). Estes dados nos indicam que há um movimento da população brasileira de rápida contração e de superenvelhecimento que deverá atingir seu ponto máximo nos próximos 20 anos.

### **Os novos formatos familiares**

Desde o primeiro Censo, realizado em 1872, ao último ocorrido em 2010, a vida familiar se modificou significativamente para todos os segmentos da população brasileira

(Gráfico 4). O processo de alteração de modos de vida é, aparentemente, irreversível, conforme apontam diversos autores em todo o mundo, e identificável, sobretudo, em meio urbano e, mais precisamente, em áreas metropolitanas ou sob forte influência cultural de metrópoles, seja de maneira direta, pelo deslocamento de pessoas, seja através da circulação de informações via meios de comunicação de massa. (TSUNOYAMA, 1993; BONVALET, 1988; BERQUÒ, 1998).



Fonte: IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios de 1992 e 2009. Elaboração IPEA.

Recentemente as famílias são formadas por diversas estruturas: famílias formadas por casais que já tiveram outros casamentos, pessoas que vivem sós, pais com filhos adotivos, mãe solteiras com seus filhos, casais que não possuem filhos, entre outros. Ainda temos as famílias que são uma espécie de retrato do momento atual em que vivemos e de todas as transformações contemporâneas: casais homossexuais - com ou sem casamento e às vezes adoção de crianças -; e núcleos familiares formados por casais que têm seus filhos através de inseminação artificial, doador de esperma, ou mesmo barriga de aluguel. Ainda temos as situações familiares ditas temporárias que em boa parte dos lares acabam por se configurar permanentes como é o caso dos casais que coabitam durante algum tempo juntos e somente legalizam suas relações após o nascimento do primeiro filho (VILLA, 2008).

As mudanças ocorridas na sociedade, principalmente nas últimas décadas, passam por alterações de valores, crenças, sentimentos, atingindo todos os segmentos sociais. Os valores tradicionalmente associados à família apoiados no princípio que atrelava sexualidade, reprodução e casamento passam a gradativamente serem transformados. Segundo Fukui, as representações de família na sociedade brasileira foram sendo alteradas em função de modificações essenciais que ocorreram no plano das práticas repercutindo no plano dos valores. Seqüencialmente ocorreram transformações: a separação da sexualidade e da reprodução - na qual o número de filhos começa a ser planejado -; a reprodução dissociou-se do casamento - não havendo mais filhos ilegítimos -; e a dissociação entre sexualidade e

casamento – reconhecendo-se o direito às uniões consensuais (FUKUI, 1998). Diversos fatores também influenciaram as mudanças nos formatos familiares ao longo dos anos, como as relações de trabalho, o poder aquisitivo das pessoas, as crenças da ciência e a legislação.

### **Famílias nucleares (casal c/ filhos)**

Mesmo que novos formatos familiares aumentem cada vez mais sua participação no total de grupos, a grande maioria dos habitantes vive ainda o ciclo de vida nuclear. Predominante no Brasil, o arranjo familiar “casal com filhos”, vem decrescendo ao longo do tempo. De 1992 para 2009 houve uma redução de 12,9% destas famílias no Brasil (IPEA, 2010). Esse tipo de arranjo, que representava em 2009, 49,9% do total de arranjos, se caracteriza pela predominância de chefes homens, e na década de 1940 chegou a alcançar mais de 80% do total. O modelo casal com filhos passa, em todos os países ocidentalizados, por dois tipos de diminuição: a do número de filhos, contribuindo para a redução do tamanho médio dos grupos familiares; e a de sua participação no total dos grupos domésticos (CASTELO BRANCO, 1989). Os dados atuais indicam que o número de filhos das famílias nucleares reduziu de 5,0 para 4,0 de 1981 a 2009 (tabela 4) e em algumas regiões chegando a 2,0 filhos por família.

Observou-se, no entanto, nos últimos dez anos, um aumento expressivo de chefia feminina nesse tipo de arranjo, ou seja, no formado por casais. A proporção de arranjos do tipo casal com e sem filhos chefiados por mulher passou de 0,8%, em 1992, para 9,4%, em 2009. Neste ano, 4,3 milhões de famílias brasileiras encontravam-se nessa categoria (PNAD, 2009). Em função de apresentar um número maior de membros (4,0 em 2008 – tabela 4) a familiar nuclear atualmente apresenta rendimento médio que supera as demais modalidades de organização familiar. Isso porque a contribuição do número de pessoas na renda total familiar é maior e também o fato deste arranjo estar relacionado à idades mais maduras do chefe e do cônjuge que tendem a apresentar rendimentos maiores. Entretanto, por apresentar um número de filhos maior e na maioria dos casos, dependentes, frequentemente a renda per capita das famílias nucleares com filhos era menor que a média do total das famílias, uma vez que a renda total dessas famílias era dividida por um número maior. (GARCIA; RODARTE e COSTA, 2004). Muitas vezes também a inserção da mulher ao mercado de trabalho vai elevar os índices de renda dos arranjos familiares tradicionais, mesmo que ela não exerça o papel de chefe.

Mesmo configurando-se como a grande maioria do total dos arranjos familiares brasileiros, a família nuclear passou por profundas alterações em suas relações internas, frente às mudanças que afetaram estas sociedades nas últimas décadas. Baseados nos argumentos já citados anteriormente neste capítulo a família mudou por conta: (i) da redistribuição da autoridade, com o deslocamento da função de provedor para outro membro do grupo, ou até à falta de consenso sobre quem é realmente o chefe; (ii) do aumento do número de mães trabalhando fora – revendo a própria estrutura da família nuclear baseada na divisão sexual do trabalho -; (iii) da tarefa da educação dividida dos filhos – ou até mesmo descarregada - com as escolas, (iv) da independência social, cultural e econômica cada vez mais acentuada de seus membros, entre outros aspectos. Tais questões indicadas acima contribuíram, e continuam a contribuir, para que a família deixe de ser uma micro-sociedade, uma instituição, para tornar-se um simples ponto de encontro de vidas privadas. “Nesse contexto socioeconômico da realidade brasileira, a família e as relações de parentalidade são temas que têm sido discutidos pela psicologia e entendidos como construções sociais estabelecidas a partir de vínculos genéticos e/ou de convívio. Construções que se processam em campos sociais marcados por relações de afeto e poder” (PERUCCHI e BEIRÃO, 2007, p. 59).

### **DINC (duplo ingresso e nenhuma criança)**

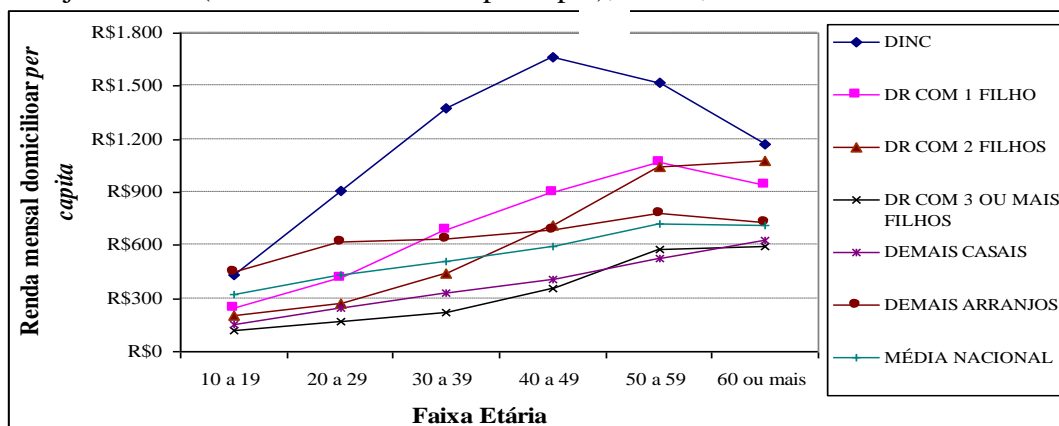
O processo de enfraquecimento da família patriarcal tradicional e a generalização do processo de queda da fecundidade colocaram em dúvida a necessidade da procriação e a filiação, deixando de ser fundamentais para a constituição da família em parcelas crescentes da população. Neste cenário também cresce o número de mulheres e homens que não possuem filhos e ainda tímido, o fenômeno das famílias heterossexuais e homossexuais sem filhos e sem descendência (BARROS, ALVES e CAVENAGHI, 2008).

Esta variação da tendência de distanciamento do modelo convencional de família é considerada pelos órgãos recenseadores como “casal sem filhos”, na qual incluem os DINC – duplo ingresso, nenhuma criança. No tipo familiar “casal sem filhos” incluem pelo menos dois tipos: (i) as famílias que se encontram na etapa de vida chamada “ninho vazio” - os filhos já saíram de casa, restando no domicílio apenas o casal progenitor; e (ii) os casais com duplo rendimento e nenhum filho (DINC) – casais que optaram por não ter filhos e que possuem dupla renda. O número de “casais sem filhos”, na qual estão incluídos os DINC, no Brasil aumentou em 4,5%, representando 11,7% do total de arranjos familiares em 1992 e alcançando 16,2% no ano de 2009 (Gráfico 4).

Os DINC são grupos familiares que se aproximam do modelo “pessoas sós” e baseiam-se no desejo de levar uma vida confortável, garantida pela remuneração de ambos os componentes, mantendo a liberdade e a sensação de uma vida de solteiro. “A família DINC surge e ganha força como o tipo específico de arranjo familiar, mesmo que ainda pequeno em termos quantitativos, exatamente em um contexto de generalização da regulação da fecundidade, da entrada da mulher no mercado de trabalho, de uma legislação civil mais igualitária em termos de padrões matrimoniais, de dinâmicas demográficas com abundância de oferta de trabalho e dinâmica econômica marcada pelo crescimento da produtividade e avanços tecnológicos” (BARROS, ALVES e CAVENAGHI, 2008, p. 10).

De 1996 para 2006, o número de casais que optaram por não ter filhos e que possui rendimentos tanto da parte do homem quanto da mulher aumentou em 90%. Os dados da PNAD de 1996 e 2006 indicam há no Brasil 2,09 milhões de casais com essas características, contra 1,06 milhões em 1996. Outra característica importante deste grupo familiar é sua associação ao adiamento da fecundidade, já que em 68% dos casos a pessoa de referência - sem filhos - tinha entre 20 e 39 anos. Variações podem ser destacadas nos casais tipo DINC no Brasil por possuírem rendimentos elevados: em média 2,8 salários mínimos per capita (Gráfico 5). Por isso, eles costumam estar entre os 10% mais ricos da população. Em geral o casal DINC por possui maior renda, alcança maiores níveis educacionais, melhores condições de moradia, maior nível de consumo e carreiras mais promissoras no mercado de trabalho - por se qualificar mais.

Gráfico 5: Rendimento mensal domiciliar por idade do chefe do domicílio e por tipo de arranjo familiar( com base na família principal), Brasil, 2006.



Fonte: Microdados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 2006. DR. Dupla Renda (BARROS, ALVES e CAVENAGHI, 2008)

Pesquisas mostram que este perfil familiar é predominantemente urbanizado e se concentra nas regiões Sul e Sudeste do país, na qual os índices de emprego, educação, e saúde

são maiores. Suas condições de moradia também são melhores já que apresentam maior número de cômodos e banheiros *per capita* que os demais domicílios e melhores condições de saneamento básico. Em relação aos padrões de consumo, os casais DINC consomem mais que a média da população, já que possuem rendimento compatível.

Apesar de ser um fenômeno recente e gradualmente estar ganhando destaque, a família DINC carrega simbolismos que apontam para um novo contexto social e novas formas de relacionamentos. Nesse sentido, coloca em xeque a clássica separação entre produção e reprodução, já que seus cônjuges estão inseridos no mercado de trabalho remunerado e conseqüentemente são mais autônomos. Esta autonomia de seus membros propicia maiores espaços para negociação, reduzindo as desigualdades de poder e a assimétrica divisão do trabalho doméstico (BARROS, ALVES e CAVENAGHI, 2008).

Um dado que vem afirmar esta nova forma de relacionamento é o grande aumento na porcentagem de casais que vivem em união consensual no Brasil: 18,3% em 1991 para 28,3% em 2000 (IBGE, 2000). Este momento de relativização da importância do casamento vai favorecer o interesse dos jovens pelas chamadas uniões livres ou consensuais. No Brasil, este formato familiar foi ligeiramente crescente durante a década de 1960, e quase dobrou em 1970: entre as modalidades de união das pessoas casadas com 15 anos ou mais, a união livre representa 6,9% em 1970, subindo para 11,8% em 1980 (IBGE, 1980).

A família DINC é a expressão mais singular das transformações econômicas e sociais do século 21, pois nela estão consolidados padrões sociais inovadores que se contrapõe aos tradicionais. Papéis sociais e econômicos igualitários entre pares, a dissociação entre sexualidade e procriação, laços de afeto e carinhos construídos não necessariamente na consangüinidade, liberdade de expressão, são, entre outros, as prerrogativas desta família contemporânea.

### **Pessoas vivendo sós (unipessoais)**

Nos países ocidentalizados, morar só parece estar sendo a opção de uma parcela crescente da população: 25% dos ingleses, 30% dos suíços, mais de 30% dos alemães e dos suecos, na segunda metade de 1980, já na França, os 20,3% de pessoas sós em 1968 são 26,7 em 1989, em Paris de 1982, quase metade dos domicílios são habitados por uma só pessoa (BERQUÓ, 1989: 01). No Brasil, apenas 5,9% de todas as habitações do país eram ocupadas por uma única pessoa em 1981, contra 6,7% em 1987<sup>6</sup>. Ainda segundo Berquó, entre 1980 e 1995, a taxa média anual de crescimento deste formato familiar foi de 5,4%, ultrapassando

muito o do crescimento da população total no mesmo período, envolvendo, em 1995, 3.423,989 pessoas (BERQUÓ, 1998, p. 432). Em 2004 registrou-se 10,9% de unidades unipessoais na Região Sudeste do Brasil, ocupadas em sua maioria por pessoas de mais de 60 anos e, em especial, por mulheres<sup>7</sup>.

De 1987 a 2007 houve um acréscimo relativo de 212% dos domicílios com uma pessoa no Brasil, passando de 6,7 em 1987 para 11,5% em 2007. As regiões Centro-oeste e Sudeste foram as que apresentaram maior número de pessoas sozinhas. Quanto à escolaridade, estudos indicam que há uma relação diretamente proporcional em relação ao crescimento no número de pessoas vivendo sós e o aumento no número de anos de estudo. Sobre a faixa etária deste grupo doméstico, destaca-se uma tendência de predomínio de pessoas idosas, de adultos de 40 a 50 anos e de grupos jovens com até 29 anos predominantemente femininos (CARVALHO et al., 2009). Nesse sentido, os dados do PNAD de 2009 confirmam tais tendências quando indicam que no total de arranjos brasileiros, a proporção de homens sozinhos cresceu de 5,4% (1992) para 7,5% (2009). No entanto, os domicílios formados por mulheres sozinhas são os mais expressivos: 6,2% (1992) para 8,9 (2009), o que significa 5,2 milhões de mulheres vivendo sozinhas (Gráfico 4) (IPEA, 2010).

“Nas idades mais avançadas o crescente número de mulheres vivendo sozinhas decorre do aumento da longevidade feminina em um quadro que os diferenciais de esperança de vida por sexo são muito elevados. Entre os adultos cresce o número de homens e mulheres vivendo sozinhos, pois existe apesar de um aumento das taxas de nupcialidade, maior número de divórcios e separações, e sem o aumento correspondente das uniões reconstituídas” (CARVALHO e ALVES, 2010, p. 2). O grande crescimento de famílias unipessoais no país se deve principalmente: (i) ao aumento da esperança de vida, principalmente para as mulheres; (ii) ao crescimento do número de divórcios e das separações conjugais e (iii) ao intenso processo de urbanização que a grande maioria das cidade brasileiras têm passado na qual ampliam-se as possibilidades de alojamento específico e mais adequados a este arranjo.

As pessoas que moram sozinhas, por não possuírem dependentes, frequentemente gozam de melhores condições de vida em relação aos integrantes de outros arranjos familiares, por contarem com maior renda disponível. Normalmente estas pessoas estão concentradas nas faixas de idade mais produtivas, portanto no auge de suas vidas profissionais (GARCIA; RODARTE e COSTA, 2004).



### **Famílias monoparentais (chefia c/ ou s/ filhos)**

Leite (2003) conceitua que: “uma família é monoparental quando a pessoa considerada (homem ou mulher) encontra-se sem cônjuge, ou companheiro, e vive com uma ou várias crianças”. O crescimento recente do número de famílias monoparentais é atribuído também, principalmente, ao aumento no número de divórcio e às separações de uniões livres. Goldani (2002) revela que as famílias brasileiras vivenciam uma maior diversidade de arranjos, novas tecnologias reprodutivas, um aumento das mulheres na força de trabalho, elevadas taxas de divórcio, etc. Outros perfis demográficos também contribuem para o aumento no número de famílias monoparentais: em número menor, aos casos de viuvez – predominantemente mulheres, a ao crescente número de mães solteiras, que também pode estar refletindo uma nova postura da mulher com relação à reprodução e à estrutura familiar. De 1997 a 2007, entre as famílias brasileiras com todos os filhos menores de 16 anos, cresceu a proporção do tipo monoparental: de 19,2% para 21,8%, o que é coerente com os dados do registro civil sobre o aumento das separações conjugais. Sabe-se que casais esperam os filhos crescerem para formalizar suas separações. A maior parte dos casais que formalizou o divórcio em 2006 tinha filhos maiores de idade (38,8%) ou não tinha filhos (31,1%). Os dois grupos juntos atingiram 69,9% dos divórcios concedidos no Brasil. Outros 22% dos casais tinham somente filhos menores de idade e 8,1% tinham filhos maiores e menores de idade (IBGE, 2008).

A participação das famílias monoparentais brasileiras no total de grupos domésticos vem aumentando nas últimas décadas: em 1970 era de 11,5%, passando a 13% em 1980, e 16,4% em 1987 – crescimento de 42,5% em apenas dezessete anos. Em 1987, quase um de cada cinco grupos domésticos urbanos brasileiros é uma família monoparental: 73,8% deles são compostos de mãe e filhos, 15,5% compostas por mães, filhos e parentes, e apenas 10,5% deles são compostos por pai na posição de chefe. (CASTELO BRANCO, 1989). Foi constatado, segundo Berquó, a partir dos anos 1960, quando se sistematizou os Censos, um aumento na sociedade brasileira de famílias monoparentais, apresentando aspectos muito especiais: 82% delas referem-se a famílias nucleares, só a mãe ou só o pai na companhia de filhos, revela também 18% de coabitação de outros parentes, 89% chefiadas por mulheres – dados atualizados 1995. (BERQUÓ, 1998: 428). De 1992 para 2009 o número de mãe com filhos aumentou de 12,3% para 15,4%, já o número de pais com filhos se manteve bem menor: de 1,6% para 2,0% (IPEA, 2010). Esta predominância feminina nas famílias monoparentais pode ser explicada, principalmente pelo aumento da participação feminina no mercado de trabalho. A partir da inserção na sociedade de métodos contraceptivos, da

regularização das separações e/ou divórcios e da participação no mercado de trabalho, as mulheres puderam tomar decisões importantes sobre a validade ou não de suas uniões, tanto consensuais como regulamentadas.

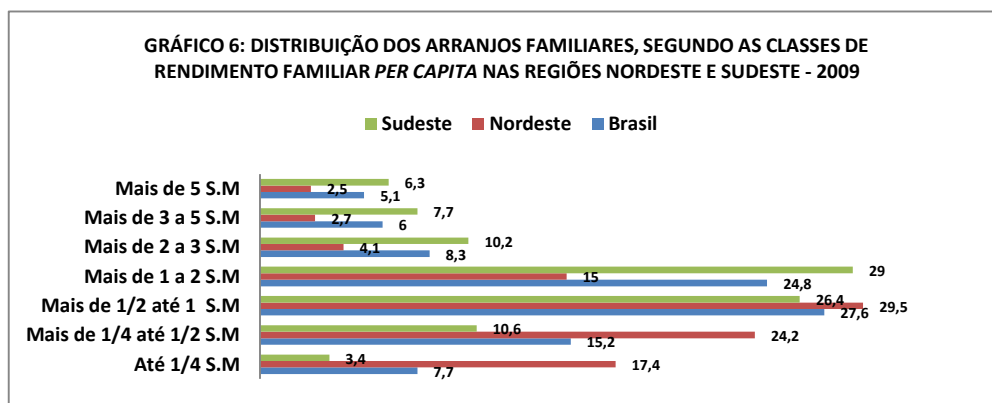
A monoparentalidade, independente do lugar de sua manifestação, vem, em geral, atrelada a uma queda do poder aquisitivo dessas famílias, ou mesmo, à uma situação de pobreza. Em função de características bastante específicas, este arranjo familiar se apresenta na grande maioria dos casos com renda menor e maior número de dependentes, convertendo-se na mais vulnerável de todas as tipologias familiares no Brasil (GARCIA; RODARTE e COSTA, 2004). Tais problemas, decorrentes da monoparentalidade podem ser transitórios ou não. Nas famílias monoparentais, as mulheres é que acabam se tornando chefes. Independente do fator determinante da família monoparental, o encargo, geralmente, é enfrentado pelas mulheres. Quando tal entidade familiar advém da ruptura do casamento, na maioria das vezes, os filhos ficam sob a tutela da mãe. No caso das uniões livres, do celibato e das mães solteiras não há o que se debater, já que a liberdade de formalidades dessas relações não impõe o caráter de responsabilidade sobre os filhos dela oriundos, mesmo que a legislação prescreva o contrário. E por fim, acerca da viuvez, o número de mulheres nesta condição é bem maior que o de homens. “Partindo do pressuposto da crise no modelo familiar patriarcal como uma realidade que se evidencia na contemporaneidade, verificou-se que a figura paterna parece ocupar outros lugares no universo de significações e sentidos dessas mulheres chefes de famílias” (PERUCCHI e BEIRÃO, 2007: 65).

### **Novos padrões de renda e de consumo**

Estamos vivenciando uma realidade brasileira na qual a família e a relações entre seus membros são temas debatidos pela psicologia e compreendidos como construções sociais que se processam em campos sociais caracterizados por relações de afeto e de poder, estabelecidas a partir de vínculos genéticos e/ou de convívio. Mesmo com papéis tradicionalmente transformados, a família continua sendo considerada “(...) a esfera responsável pela qualidade de vida de seus membros e nela são tomadas uma série de decisões relativas à moradia, alimentação, educação, tratamento de saúde, consumo em geral e, sobretudo, em relação à participação na atividade econômica de seus membros, a qual define a principal fonte de renda para a grande maioria das famílias” (LEONE, MAIA e BALTAR, 2010, p. 60). Entretanto, os padrões de formação, dissolução e reconstituição da família tornam-se cada vez mais heterogêneos e seus limites mais ambíguos. O casamento já não é mais central na

conformação da vida das pessoas, abrindo espaço para as uniões consensuais, com reconhecimento legal em alguns casos. Por outro lado, o aumento no número de divórcios e separações conjugais também fez emergir as chamadas “famílias reconstituídas”, na qual os indivíduos frutos de tais ocorridos iniciam uma nova união.

“O papel da família na reprodução da sociedade é reconhecidamente muito significativo. É nas famílias que a renda é reunida para organizar um orçamento comum que satisfaça as necessidades de cada membro. A renda adquirida pela família é, basicamente, o que define suas possibilidades de aquisição de bens e serviços” (IBGE, 2010) (Gráfico 6).



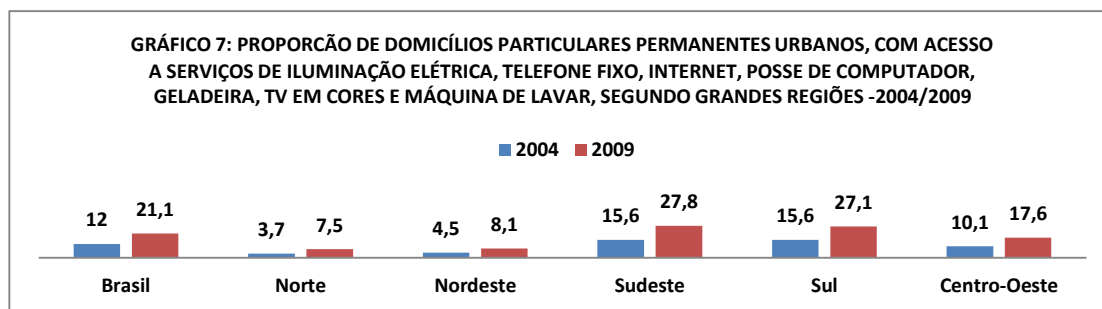
Fonte: IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) – 2009.

Observando o gráfico acima nota-se que ainda é grande (22,9%) no Brasil a quantidade de arranjos familiares que tem renda *per capita* de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Quase a metade do total de famílias de baixa renda em todo o país, em 2009 vivia na Região Nordeste (48,5%), isso demonstra que as desigualdades de renda na sociedade brasileira estão ainda bastante enraizadas nas diferenças territoriais. Entretanto as novas condições econômicas do Brasil vêm mudando este cenário, na qual as desigualdades de renda vêm caindo. “A expansão recente de programas de transferência de renda focalizados na população mais pobre, como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-LOAS), entre outros de âmbitos estadual e municipal, vem contribuindo para uma redistribuição interna entre as diversas partes componentes do rendimento familiar total” (IBGE, 2010). Medeiros et al. (2006) conclui que apesar da queda recente, a desigualdade de renda brasileira permanece extremamente elevada, para qual a renda do 1% mais rico da população é igual à renda de 50% dos mais pobres.

Sobre os padrões de consumo das famílias brasileiras nota-se que estes estão relacionados, segundo Carvalho e Alves (2010), com alguns fatores: (i) alterações na renda e em sua distribuição; (ii) preços dos produtos; (iii) modificações que ocorrem na sociedade –

estilo de vida, questões demográficas e estruturas familiares -; (iv) nível de instrução dos indivíduos. Entretanto há diferenças importantes no padrão de consumo dependendo da classe social. Entre os grupos familiares com rendimento menor encontrou-se elevada participação dos gastos com alimentos básicos, transporte urbano, remédios e fumo. Já nos grupos de maior renda, foram predominantes os gastos com habitação, serviços públicos, planos de saúde e educação. Nos arranjos familiares com maior presença de idosos, destacam-se os gastos com saúde e com alimentação (CARVALHO e ALVES, 2010).

Durante as década de 2000 pôde-se notar significativos aumentos no quesito “posse” de alguns bens e existência de serviços de energia elétrica, telefonia e internet nos domicílios brasileiros. No Brasil, em 2009, havia 49,1% dos domicílios com telefone fixo e 83,1% de domicílios onde pelo menos um morador tinha telefone celular. Isso indica a predileção, principalmente em função da debilidade de oferta aliado à altos custos deste serviço, da população pelo uso da telefonia móvel, que cresceu em 58% em relação à 2004. Expressivo também foi o crescimento de domicílios com acesso á internet no Brasil de 2004 a 2009 – de 14,2% para 31,5%. No mesmo período dobrou a posse de computadores nos lares urbanos do País (39,3%) e mais de 45% dos domicílios nas Regiões Sudeste e Sul. Equipamentos como geladeira e TV em cores foram constatados em mais de 96% dos domicílios no Brasil em 2009 (IBGE, 2010).



Fonte: IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) – 2010.

Estes indicadores de ampliação nos padrões de renda e consumo podem ser justificados pelo processo de ascensão social coletiva que o país vem assistindo nos últimos 20 anos (Gráfico 7). Em conseqüência da tão almejada estabilidade econômica, durante a década de 1990, o Brasil desencadeou um importante processo de reformas estruturais, com forte impulso dado à privatização e à reorientação da política social. Esse conjunto de transformações alterou profundamente as percepções e estratégias normais de ascensão social, deixando de ser individual, tornando-se coletiva. “Impulsionados pelo aumento do emprego e

da renda, em condições de inflação baixa e crédito farto, milhões de brasileiros puderam aumentar nos últimos anos seu poder de compra e começaram a adquirir casa própria e automóvel – símbolos mais vistosos de ingresso na classe média -, além de uma vasta gama de bens de consumo” Essa nova classe média brasileira, como normalmente é chamada, ganha por família de R\$ 1.115 a R\$ 4.807 por mês, cresceu de 44% da população em 2002 para 52% em 2008 (LAMOUNIER e SOUZA, 2010).

### Considerações finais

As famílias são unidades fundamentais para análises estatísticas em várias áreas, tais como: consumo e distribuição de renda, comportamento demográfico e participação no mercado de trabalho, especialmente no que se refere às políticas públicas específicas (IPEA, 2010). A partir desse entendimento, as pesquisas avaliativas da sociedade ganham importância central para montagem de bancos de dados e informações sobre as necessidades, hábitos e sonhos dos brasileiros. O amplo e contínuo conhecimento dessas necessidades, assim como das variações familiares e de seus padrões de renda e consumo, poderia contribuir para a qualificação de nossas cidades através da elaboração de propostas urbanas e arquitetônicas efetivamente mais adequadas, não somente às questões climáticas e culturais locais, mas as demográficas. Identificar e compreender como nossa sociedade se organiza com o estabelecimento de banco de informações eficientes poderia minimizar equívocos bastante comuns nos dias atuais em nossas cidades. Desde o traçado, a morfologia, o uso do solo, a legislação e por fim o padrão de construção das cidades brasileiras deveria ser planejado e idealizado a partir de tal conhecimento.

O atual crescimento econômico, social, cultural e tecnológico do país nos permite deixar para trás as velhas, imprecisas e quase sempre ineficientes posturas na elaboração de soluções urbanas (do equipamento ao desenho urbano) pautados exclusivamente no *felling*. As atuais condições de produção, construção e venda de empreendimentos imobiliários, baseados, na grande maioria dos casos, na eficiência e na competitividade, vêm permitindo cada vez mais a incorporação de atitudes sustentáveis comprometidas com a qualidade de vida do usuário final.

Comumente, o que temos observado na produção do mercado imobiliário é uma conduta ainda antiga e pautada nos velhos hábitos da produção de empreendimentos que apresentam grande capacidade de liquidez em detrimento de suas qualidades construtivas, arquitetônicas e ambientais. O produto imobiliário, na maioria das vezes é concebido com o

foco no lucro onde a rápida circulação da mercadoria, bem como a expansão constante dos mercados consumidores são os pontos-chave. Neste mecanismo, o marketing tem papel decisivo, ao buscar transformar desejos em necessidades. Em outras palavras: produzem-se empreendimentos e vendem-se “status” e “qualidade de vida” (VILLA, 2010). Por outro lado, nota-se que em meio a uma diversidade cada vez maior de perfis de grupos domésticos e de seus modos de vida, os agentes do mercado imobiliário, parecem considerar essas demandas de uma maneira pouco convincente, respondendo a tais alterações com a invenção freqüente de novas terminologias para os mesmos espaços maquiados (VILLA, 2008). Uma observação de empreendimentos habitacionais destinados às classes baixas e médias da sociedade no Brasil nos últimos dez anos respalda tal afirmação. São casas e apartamentos na qual a repetição e a consolidação de modelos de morar mínimos, baseados em organizações espaciais tradicionais, nem sempre se traduzem em qualidade. De que forma esquálidos e repetitivos modelos podem atender às diversas e frequentemente alteradas demandas dos moradores?

Processos econômicos e políticos que acabaram por desencadear inúmeras transformações na sociedade brasileira devem ser avaliados e considerados de forma mais efetiva para o desenvolvimento de produtos imobiliários. Vivemos em uma sociedade na qual os índices e padrões alteram-se a cada dia em um mundo hiper-conectado e globalizado que, no mínimo, coloca em “cheque” antigos hábitos, condutas e crenças. Acredita-se que as manifestações demográficas, sociais, culturais e econômicas aqui explicitadas devam servir de pano de fundo para a construção de um país efetivamente sustentável, com bons indicadores não somente econômicos, mas sociais e ambientais.

### Notas

<sup>1</sup> Segundo IBGE, 2,1 filhos por mulher representa fecundidade ao nível de reposição.

<sup>2</sup> Dados do IBGE, **São Paulo 1994**, p. 14 e CASTELO BRANCO, 1989.

<sup>3</sup> Por população idosa considerou-se a população de 60 anos e mais, como estabelecido pelo Estatuto do Idoso.

<sup>4</sup> Foi definido como filhos adultos aqueles com mais de 21 anos ou mais.

<sup>5</sup> Foi definido como neto, crianças na posição no domicílio de “outros parentes” que tivessem até 14 anos de idade.

<sup>6</sup> Pesquisa de Condições de Vida. Fundação SEADE, 1994.

<sup>7</sup> IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 2004.

### Referências

ALVES, J. E. D. **O Programa Bolsa Família incentiva a fecundidade no Brasil?** Paper de caráter pessoal, 07/11/2011.

\_\_\_\_\_. **Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil**. 1994. 152f. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

ARRIAGADA, I. Transformações sociais e demográficas das famílias latino-americanas. In: DOMINGUES, J. M.; MANEIRO, M. (Org.). **América Latina hoje: conceitos e interpretações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BARROS, L.F.W., ALVES, J.E.D., CAVENAGHI, S.M. Novos arranjos domiciliares: condições socioeconômicas dos casais de dupla renda e sem filhos (DINC). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2008, Caxambu. **Anais...** do Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte: ABEP, 2008. 1 CD.

BERQUÒ, E. A família no século XXI: um enfoque demográfico. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.6, n°. 2, Julho/Dezembro, 1989.

\_\_\_\_\_. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: NOVAIS, F. (org.) **História da Vida Privada no Brasil**, v. 4, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

BERQUÓ, E; CAVENACHI, S. Fecundidade em declínio: Breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. **NOVOS ESTUDOS**, CEBRAP: São Paulo, n° 74, março 2006. Pp.11-15. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29636.pdf>. Acessado em 12/11/2011.

BONVALET, C. **Transformation de la Famille et Habitat**, Cahier n° 120, Paris, INED/PUF, 1988.

CAMARANO, A. A. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? **Estudos avançados**. São Paulo, SP (Brasil): Instituto de Estudos Avançados da USP. v.17, n. 49, p. 35-63, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: mar. 2008.

CASTELO BRANCO, H. **Família: indicadores sociais**, v. 1 (1981 – 1987). Rio de Janeiro, IBGE, 1989.

CASTELLS, M. **O PODER DA IDENTIDADE**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARVALHO, A. A.; ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. Mudanças no padrão tradicional de família: Um estudo sobre as pessoas sozinhas no Brasil entre 1987-2007. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA, 27. **Anais...** Buenos Aires: ALAS, 2009. 1 CD.

CARVALHO, A. A.; ALVES, J. E. D.; Padrões de Consumo dos arranjos familiares e das pessoas que moram sozinhas no Brasil e em Minas Gerais: Uma análise de gênero e renda. In: XIV SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA. Diamantina, 2010. **Anais...** do XIV Seminário sobre Economia Mineira. UFMG: 2010. 1 CD.

DIEESE. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIO-ECONÔMICOS. **Anuário das Mulheres Brasileiras**, São Paulo: 2011. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/anu/anuarioMulheresBrasileiras2011.pdf>. Acessado em 10/02/2012.

FUKUI, L. Família: conceitos, transformações nas últimas décadas e paradigmas. In: PALMA e SILVA, Luiz A.; STANISCI, S. A.; BACCHETTO, S. (Org.) **FAMÍLIAS: Aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos**. Brasília, DF: MPAS/SAS; São Paulo, SP (Brasil): FUNDAP, 1998. p. 15-22. (Discutindo a assistência social no Brasil). Disponível em <[http://www.inss.gov.br/docs/familias\\_seas.pdf](http://www.inss.gov.br/docs/familias_seas.pdf)>. Acesso em: mar. 2008.

GARCIA, L. S.; RODARTE, M. M. S.; COSTA, P. L. **Emancipação feminina e novos arranjos familiares nas regiões metropolitanas brasileiras entre as décadas de 1990 e 2000**. Associação Brasileira de Estudos da População (ABEP), 2004. Caxambu – MG, setembro de 2004, p. 1-19.

GOLDANI, A. M. Família, Gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 1, jan/jun, 2002.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Síntese de Indicadores Sociais, 2009. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad\\_sintese\\_2009.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf). Acessado em 10/02/2012.

\_\_\_\_\_. ESTUDOS E PESQUISAS. INFORMAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA. Nº 27. Síntese de Indicadores Sociais. Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira, 2010. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2010/SIS\\_2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2010/SIS_2010.pdf). Acessado em 10/02/2012.

\_\_\_\_\_. Síntese de Indicadores Sociais, 2008.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Comunicado da Presidência, nº 11, PNAD 2007: Primeiras Análises. Demografia e Gênero. Vol.3. Brasília: 2008. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado\\_presidencia/08\\_10\\_07\\_Pnad\\_PrimeirasAnalises\\_N11demografia.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/08_10_07_Pnad_PrimeirasAnalises_N11demografia.pdf). Acessado em 10/02/2012.

\_\_\_\_\_. Comunicado da Presidência, nº 64, PNAD 2009: Primeiras Análises. Tendências Demográficas. Brasília: 2010. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101013\\_comunicadoipea64.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101013_comunicadoipea64.pdf). Acessado em 10/02/2012.

LAMOUNIER, B; SOUZA, A. **A Classe Média Brasileira: Ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: CNI, 2010.

LEITE, E. de O. Famílias monoparentais. 2. ed. São Paulo: **REVISTA DOS TRIBUNAIS**, 2003.

LEONE, E. T.; MAIA, A. G.; BALTAR, P. E. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n.1 (38), p. 59-77, abr. 2010.



\_\_\_\_\_. Trabajo remunerado de las mujeres e ingreso de las familias brasileñas: 1981 – 2005. In: **Congreso de Economía Feminista**, 2, Zaragoza, 2007.

LESTHAEGUE, R. The second demographic transition in western countries. In: Mason K.O. and Jerson, A-M (eds). **GENDER AND FAMILY CHANGE IN INDUSTRIALIZED COUNTRIES**, Oxford: Clarendon Press, 1995.

MEDEIROS, M.; CARVALHO, M.; BARROS, R.P.de; SOARES, S. Notas Técnicas - Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil. In: BARROS, R.P. de (org); FOGUEL, M.N. (org); ULYSSEA, G. (org). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2v, 2006.

NASCIMENTO, A. M. População e família brasileira: ontem e hoje. In: **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais** - ABEP [Internet]; 2006, Set 18-22. Minas Gerais, Brasil. 2006 [cited 2010 dec 08]. Available from: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_476.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_476.pdf). Acessado em 12/02/2011.

PATARRA, N. **Rumo a um novo perfil demográfico**. In: Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo: out/dez 1988.

PERUCCHI, J.; BEIRÃO, A. M. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. **PSICOL. CLIN.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, Dec. 2007 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652007000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10/03/2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652007000200005>.

TSUNOYAMA, S. The age of the city. In: COHEN, A; FUKU, K. (org.) **Humanising the city? Social contexts of urban life at the turn of the millenium**. Edimburgh: Edimburg University Press, 1993.

TASCHNER, S. P. Família, habitação e dinâmica populacional no Brasil atual: notas muito preliminares. In: GORDILHO-SOUZA, A. **Habitar Contemporâneo. Novas questões no Brasil dos anos 90**. Salvador: UFBA, FAUFBA, LAB Habitar, 1997.

VILLA, S. B. **Morar em Apartamentos: a produção dos espaços privados e semi-privados nos apartamentos ofertados pelo mercado imobiliário no século XXI - São Paulo e Ribeirão Preto. Critérios para Avaliação Pós-Ocupação**. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo.

VILLA, S. B.; ORNSTEIN, S. W. Projetar apartamentos com vistas à qualidade arquitetônica a partir dos resultados da avaliação pós-ocupação (APO). **GESTÃO & TECNOLOGIA DE PROJETOS**, v. 5, p. 35/115-60, 2010.